

## Peirce e Hume em torno do empirismo: uma dupla estratégia do método pragmatista em resposta ao ceticismo

### RESUMO

Argumentamos neste artigo que o pragmatismo de Charles Sanders Peirce, ao mesmo tempo em que expandiu o conceito de experiência, reduziu o escopo dos dados empíricos em uma dupla estratégia de natureza metafísica e epistemológica. Por um lado, ele trabalhou uma concepção mais ampla de realidade do que aquela defendida pelos empiristas britânicos, inebriados pela doutrina nominalista. Por outro, ele propôs uma espécie de 'empirismo mínimo', em que razão e experiência compõem a base sobre a qual se origina o conhecimento, tese melhor elaborada em sua teoria da percepção. Desta forma, o pragmatismo peirciano responde ao ceticismo de David Hume a respeito da justificação de questões de fato e da possibilidade da metafísica como ciência.

**Palavras-chave:** Peirce; Hume; Pragmatismo; Empirismo; Teoria do Conhecimento; Metafísica.

### ABSTRACT

We argue in this article that the Peirce's pragmatism, in the same time that it expanded the concept of experience, reduced the scope of empirical data in a dual strategy of metaphysical and epistemological nature. On the one hand, he worked one broader conception of reality than that sustained by British empiricists, inebriated by nominalistic doctrine. In second place, he proposed a kind of 'minimal empiricism', in which reason and experience form the basis on which the knowledge arises, thesis better elaborated in his theory of perception. Thus, the Peircean pragmatism responds to the David Hume's skepticism about the justification of questions of fact and the possibility of metaphysics as science.

**Key words:** Peirce; Hume; Pragmatism; Theory of Knowledge; Metaphysic.

---

\* Doutor em Filosofia. Centro de Estudos de Pragmatismo – PUC-SP.

## Introdução

Ao propor o método pragmatista na segunda metade do século 19, o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914) tinha como objetivo compor uma espécie de tribunal lógico para os conceitos e ideias, que deveriam ser confrontados com a experiência futura para demonstrarem ter alguma serventia em questões filosóficas ou validade pragmática. Estava, portanto, seguindo de perto os caminhos traçados pelos empiristas britânicos. Para esses filósofos, cujos maiores expoentes foram Bacon, Locke, Berkeley e Hume, a experiência é a única fonte segura do conhecimento humano. Com isso, se opunham aos racionalistas (Descartes e Leibniz, entre outros), que afirmavam haver alguns princípios inatos ou *a priori*, independentes dos fatos externos, que permitiam ao sujeito conhecer a verdade das coisas. Ambas as escolas, na verdade, se inscrevem em uma tradição mais antiga, que remonta a Platão e Aristóteles, baseadas na distinção entre duas faculdades do entendimento, *noiesis* (perceber) e *aisthesis* (pensar), uma corrente subordinando a primeira à segunda e a outra, o oposto.

Peirce, porém, foi um crítico severo tanto dos filósofos racionalistas quanto dos empiristas, por terem esposado concepções nominalistas, ou seja, por reconhecerem apenas a realidade dos particulares ou individuais. A mesma desaprovação foi dirigida, na reformulação que Peirce fez de seu pragmatismo, aos demais filósofos pragmatistas de sua época, como William James. A despeito de reconhecer que todo saber precisa ser balizado pela experiência sensível, numa posição que o aproxima de Aristóteles, Peirce tinha uma ideia de realidade

mais abrangente e uma teoria da percepção menos reducionista do que a defendida pelos filósofos nominalistas da linha empirista.

Neste artigo, analisamos o confronto do pragmatismo peirciano com as teorias do filósofo escocês David Hume (1711 – 1776) a título de apreciar a herança empirista nestes dois autores, um chegando a conclusões cétricas a respeito da validade do conhecimento sobre a Natureza, o segundo (Peirce) adotando uma forma de 'empirismo mínimo'<sup>1</sup> e um realismo metafísico que o permitem responder ao impasse deixado pelo pensador escocês no século XVIII. Chamamos a essa articulação do pensamento peirciano, uma no campo da metafísica e outra no da epistemologia e teoria da percepção, de dupla estratégia do pragmatismo. Por meio desta estratégia, Peirce se afasta tanto da solução do transcendentalismo kantiano quanto de dois pólos distintos situados em relação ao empirismo: os métodos dedutivistas do positivismo lógico, que defende um empirismo 'forte', e uma tendência neopragmatista, melhor representada pelo filósofo norte-americano Richard Rorty, que despreza o atrito da realidade externa como elemento corretivo das crenças. E, do mesmo modo, alinhamos assim o pragmatismo peirciano a algumas posições mais contemporâneas de filosofia analítica.<sup>2</sup>

Esperamos, desta forma, contribuir para promover um diálogo mais fértil entre escolas filosóficas de tradição anlogo-americana no Brasil e avaliar o legado de Hume para os debates contemporâneos.

## 1 A natureza cétrica do empirismo de Hume

Em suas *Investigações Sobre o Entendimento Humano* (1748)<sup>3</sup>, o filósofo escocês

<sup>1</sup> O conceito de empirismo mínimo é de John McDowell, pelo qual ele entende “[...] a idéia de que a experiência deve ser um tribunal mediando a maneira pela qual nosso pensamento é responsável perante o modo como as coisas são, coisa que deve acontecer se quisermos dar sentido ao pensamento enquanto tal.” (2005, p. 24). A leitura peirciana deste conceito é uma proposta original de HOUSER, 2005.

<sup>2</sup> Para uma análise sobre essa aproximação, (Cf. SALATIEL, 2010.)

<sup>3</sup> Para os propósitos deste artigo, usamos como fonte primária as *Investigações...* em detrimento do *Tratado da Natureza Humana* (1739-1940), obra preferida pelos estudiosos em Hume pela densidade, não obstante o primeiro ser mais claro na exposição e preferido pelo próprio autor. Optamos por isso por não discutir, neste artigo, tópicos específicos da obra

David Hume analisou a natureza do conhecimento humano sobre o mundo de modo a identificar seus limites e, deste modo, inserir os sistemas filosóficos nas trilhas mais seguras da ciência, projeto posteriormente retomado por Kant (que afirmou ter sido despertado de seu 'sono dogmático' por Hume) e Peirce.

Para Hume, tudo aquilo que podemos vir a conhecer tem origem em duas fontes primárias e diferentes na percepção, que se dividem em graus de 'força e vivacidade' (HUME, 2004, p. 34). *Impressões* são os dados fornecidos pelos sentidos. Podem ser *internas*, como um sentimento de prazer ou dor, ou *externas*, como a visão de um prado, o cheiro de uma flor ou a sensação tátil do vento no rosto. *Ideias ou pensamentos* são as impressões representadas na mente, conforme delas o indivíduo se recorda ou imagina. A lembrança de um dia no campo, por exemplo.

Para o filósofo, ideias são menos vividas que impressões, como um espelho que reflete imagens dos objetos e que, no entanto, "[...] as cores que emprega são pálidas e sem brilho em comparação com as que revestiram nossas percepções originais." (HUME, 2004, p. 34). Por esta razão, são secundárias em relação às impressões dos sentidos.

Todo o pensamento, portanto, é limitado ao material fornecido pela experiência. Uma análise proposicional, segundo Hume, confirmaria isso. Quando se pensa em "Uma montanha de outro", num exemplo fornecido por ele, juntam-se duas ideias, "montanha" e "ouro", oriundas de impressões das quais o sujeito já estava ciente. Nesta análise, verifica-se que ideias mais complexas são constituídas de ideias mais simples, que são cópias de impressões (sensações ou sentimentos) anteriores:

Em suma, todos os materiais do pensamento são derivados da sensação externa ou interna, e à mente compete apenas misturar e compor esses materiais. (HUME, 2004, p. 35-36).

Metafísicas construídas a partir de métodos racionalistas, de modo geral, empregam conceitos abstratos que, perdendo o horizonte de experiência que lhes proporcionava significados precisos, concorrem a erros e enganos, segundo Hume. Daí o filósofo escocês expressar o que podemos considerar uma máxima proto-pragmatista (ainda que não identificada por Peirce em sua obra):

Portanto, sempre que alimentar alguma suspeita de que um termo filosófico esteja sendo empregado sem nenhum significado ou ideia associada (como frequentemente ocorre), precisaremos apenas indagar: *de que impressão deriva essa suposta ideia?* E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão, isso servirá para confirmar nossa suspeita. (HUME, 2004, p. 39).

A experiência é a base de todo conhecimento sobre *questões de fato*, enquanto que o segundo modo pelo qual os objetos externos se apresentam à razão é chamado *relação de ideias*. As ideias se relacionam umas com as outras mediante três modos ou princípios de associação: por *semelhança* (uma fotografia que leva à ideia do fato original); *contigüidade* de tempo e lugar (o dizer algo a respeito de um cômodo de uma casa leva o receptor a perguntar sobre os demais); e *causalidade* (ao recordar de uma pessoa ferida, o indivíduo imediatamente pensa na dor que ela deve ter sentido – o ferimento, neste exemplo, é a *causa*; a dor, o *efeito* - HUME, 2004, p. 42). Destes três, diz Hume, a mais importante é o princípio de conexão entre pensamentos por causalidade. O motivo é que, diferente dos demais, é o único que rege os acontecimentos, os eventos regulares, ao conectar passado e futuro.

Por isso, todo conhecimento sobre questões de fato, ou raciocínio empírico, se assenta sobre uma relação de causa e efeito, cujo fundamento é a experiência sensível. Na proposição "A pedra esquenta porque foi exposta aos raios solares", tem-se uma

---

de Hume, bastando uma exposição sintética de seu pensamento. O *Tratado da Natureza Humana*, em específico o primeiro tomo, 'Do Entendimento', permanecem como fonte de consultas. Para ambas as obras do filósofo utilizamos as traduções publicadas pela editora UNESP.

afirmação que parte de duas impressões sensíveis, uma tátil ('a pedra esquentada') e outra visual ('exposta aos raios solares'). O que une essas duas impressões é uma relação de causalidade: a pedra esquentada (efeito) *porque* foi exposta aos raios solares (causa).

Mas qual é a validade para as inferências empíricas, pelas quais conectamos dois fatos, A (raios solares) e B (pedra esquentada)? Ao provar um pão que tem como efeito a nutrição do organismo, espera-se que todo objeto com as mesmas qualidades sensíveis (o pão) tenha o mesmo efeito (nutrir). Porém, de nenhuma forma essa é uma consequência necessária. Temos uma *conjunção* de objetos semelhantes em uma dada experiência, mas não a *conexão* entre essa experiência passada com outras semelhantes no futuro (HUME, 2004, p. 107). Não há certeza de que o mesmo fenômeno se repetirá no futuro.

Nas relações de ideias, o conhecimento obtido é *demonstrativo, intuitivo* ou *dedutivo*. É o caso da geometria e da matemática. A proposição 'O quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos dois lados' expressa uma relação entre duas ideias que são, ambas, figuras geométricas. 'Três vezes cinco é igual a metade de trinta' resulta da relação entre números: '3 x 5' e 'metade de 30'. Conclui-se que são inferências que independem de objetos internos, expressam um saber necessariamente correto e seguro e cuja prova é dada inteiramente pela razão: de outra forma, seria um absurdo lógico dizer o contrário daquilo que é afirma-

do. Mas, enquanto a relação de ideias são proposições *a priori*, formalmente certas e verdadeiras porque analíticas, matérias de fato são *hipóteses*, apenas prováveis e que requerem uma validação ou justificação.

Dizer que o sol não 'nascerá' amanhã não é demonstrativamente falso porque não implica uma contradição lógica. Do mesmo modo, o sujeito poderia supor que, ao soltar a pedra da mão, ela voaria ao invés de cair. Mesmo que isso contrarie a lei da gravidade, não implica, mais uma vez, nenhuma contradição lógica.

Hume conclui que, por meio da razão, é impossível chegar da causa (A) para o efeito (B). São dois fatos diferentes a pedra ser solta (A) e cair no solo (B), em dois fenômenos apartados no tempo. Para relacionar duas impressões sensíveis, precisamos primeiro tê-las, isto é, precisamos ver a pedra caindo no solo para, então, dizer com segurança que ela caiu porque o indivíduo a soltou da mão.<sup>4</sup>

Não havendo uma conclusão racional, lógica, Hume oferece uma explicação de cunho psicológico. Para ele, as inferências da experiência têm origem em *hábito* ou *costume* (HUME, 2004, p. 74), ou seja, por tanto presenciar o 'nascer' do sol, o cair de objetos pesados no solo, a chama produzir calor e a neve, frio, o sujeito desenvolve uma *crença* de que as coisas ocorrem segundo relações causais. O filósofo escocês também sugere um fundo instintivo para explicar a coincidência entre as predições humanas e as ocorrências regulares da Natureza: Todas essas operações são *uma espécie de*

<sup>4</sup> Diz Hume: 'O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela. O movimento da segunda bola de bilhar é um acontecimento completamente distinto do movimento da primeira, e não há nada em um deles que possa fornecer a menor pista acerca do outro. Uma pedra ou uma peça de metal, erguidas no ar e deixadas sem apoio, caem imediatamente; mas, considerando-se o assunto *a priori*, haveria porventura algo nessa situação que pudéssemos identificar como produzindo a ideia de um movimento para baixo e não para cima, ou outro movimento qualquer dessa pedra ou peça de metal?' (HUME, 2004, p. 58).

<sup>5</sup> HUME, 2004, p. 79 [grifos nossos]; Cf. p. 89 e 152. Esta perspectiva humiana de uma natureza instintiva em detrimento de raciocínios lógicos na produção de conhecimento influenciou o pragmatismo, que pode ser considerada uma das primeiras filosofias, se não a primeira, a incorporar o pensamento evolucionista do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). William James, leitor de Hume, sem dúvida tinha isso em mente em seus primeiros trabalhos, como em 'A Vontade de Crer' [*The Will to Believe*], ao falar de uma natureza não-intelectual das crenças. E também Peirce, em sua doutrina do senso comum crítico e na origem do entendimento em juízos pré-críticos, desenvolvidos num processo evolutivo que criou uma afinidade biológica entre homem e Natureza. Para uma análise mais detalhada, Cf. cap. VII 'The Growth of knowledge: induction and abduction', de Peirce (HOOKWAY, 1992).

*instintos naturais* que nenhum raciocínio ou processo do pensamento ou entendimento é capaz de produzir ou de evitar.<sup>5</sup>

Hume solapa, assim, qualquer fundamento lógico ou racional que possam sustentar o edifício do entendimento em sistemas metafísicos. Ao longo da história, filósofos recorreram a métodos demonstrativos ao proporem causas últimas para explicar seja a existência de Deus (Santo Tomás de Aquino) ou de verdades sobre a Natureza (Descartes), sem o amparo das impressões sensíveis. Hume aceita a validação conceitual de proposições em impressões, o que faz dele um empirista, mas é cético quanto à sua justificação, dado que as crenças só podem ser da ordem instintiva, não inferencial: não é possível haver um conhecimento científico – demonstrativo – sobre a Natureza.<sup>6</sup>

## 2 A dupla estratégia do pragmatismo de Charles S. Peirce

Charles Sanders Peirce sustentou que todo conhecimento começa com a experiência e que deve ser também uma espécie de tribunal para o teste das teorias, conceitos e proposições acerca da realidade. Mas o filósofo norte-americano foi ainda um vigoroso crítico dos empiristas clássicos, a quem apontava como os principais semeadores de uma “doença” da filosofia chamada nominalismo. Como ele concilia esse compromisso com a experiência como fonte de conhecimento seguro e, ao mesmo tempo, a negação das teses ontológicas dos filósofos empiristas?

Um primeiro aspecto que deve ser levado em conta, na proposta de comparar as filosofias de Peirce e Hume, é que o primeiro viveu em um século marcado por avanços na ciência, como a física de partículas e a teoria da evolução das espécies, que contribuíram para a construção de seu pensamento realista e científico. Tais características estão presentes no pragmatismo peirciano.

Pode-se dividir a formulação do método pragmatista de Peirce em dois momentos distintos em sua carreira, em 1870 e após 1900. Na primeira, em 1870, ele expõe o método para um grupo de intelectuais de Cambridge – entre eles William James, que se tornaria o maior divulgador do pragmatismo –, integrantes do chamado “Clube Metafísico”. O resultado é publicado no artigo ‘Como tornar claras nossas ideias’ [*How to Make Our Ideas Clear*], em 1877, onde consta a seguinte máxima:

Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter consequências práticas, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, a concepção destes efeitos é o todo de nossa concepção do objeto.<sup>7</sup>

Note-se que é uma máxima que apela para as condições sensíveis do conhecimento, tal como formulado por Hume, mas com uma diferença que será futuramente acentuada, a respeito do termo ‘concebível’ ou de proposições condicionais (Se  $x$ , então  $y$ ).

A partir de 1900, Peirce retoma o tema em duas séries de conferências e artigos, as *Conferências de Harvard*<sup>8</sup> (1903) e as *Séries Monist*<sup>9</sup> (1905), no qual busca enfatizar as diferenças entre o seu pragmatismo e o de James, John Dewey, F.C.S. Schiller e outros.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o ceticismo em Hume, cf. MEEKER, 1998 e CUMMINS, 1999.

<sup>7</sup> EP 1: 132. *Essential Peirce*. Nathan Houser et al. (Eds.). 2 v. Bloomington: Indiana University Press, 1992-98. [Citado como EP, seguido dos números do volume e da página.]. Tradução da passagem de autoria de IBRI, 1992, p. 16.

<sup>8</sup> *Harvard Lectures on Pragmatism* (EP 2: 13-226) é composta de oito conferências.

<sup>9</sup> Referência a artigos publicados em *The Monist*, um dos mais importantes e antigos periódicos de filosofia em língua inglesa, fundado em 1888 por Edward C. Hegeler (1835-1910).

<sup>10</sup> Em 1898 William James introduz o conceito de pragmatismo na conferência ‘Concepções filosóficas e resultados práticos’ [*Philosophical Conceptions and Practical Results*], e confere crédito a Peirce, como seu criador nos anos 1870. Na época, James tinha renome, e logo o pragmatismo ganhou força de uma corrente filosófica, dentro e fora dos Estados Unidos. Peirce, neste período, já havia retomado o pragmatismo (que por um breve tempo chamou de *pragmaticismo*, para se diferenciar dos demais) e procurava provas mais robustas que a anterior. Esta, de matiz psicológico, era baseada na teoria do filósofo escocês Alexander Bain (1818-1903) de que crenças são hábitos de ação.

A diferença em relação à 1870, a ser acentuada, é que a primeira máxima é expressa em forma condicional no modo indicativo (*will be*), enquanto que, a segunda, numa condicional no modo subjuntivo, ou contrafactual (*would be*). A primeira afirma uma certeza, e a segunda, uma hipótese:

[...] o significado total de um predicado intelectual é aquele em que certos tipos de eventos poderiam [*would*] acontecer, uma ou muitas vezes, no curso da experiência, sob certos tipos de circunstâncias existenciais.<sup>11</sup>

Essa mudança pode ocorrer porque Peirce já havia adotado seu realismo escolástico, ou a doutrina metafísica que afirma a realidade de um universo de particulares e dois de gerais – um de possibilidades e outro de necessidades condicionais. A primeira elaboração da doutrina data de 1868 ('Algumas consequências das quatro incapacidades' [*Some Consequences of Four Incapacities*], EP 1: 28-55), e, três anos depois, nas *The Works of George Berkeley* editadas pela Fraser (EP 1, p. 83-105), mas somente completada por volta de 1898. Vinte anos, portanto, de construção intelectual.

O tema dos universais tomou grande parte das discussões entre filósofos medievais. Ele se refere à questão se os termos universais, que predicam muitos, são encontrados apenas na mente (são somente palavras, como diz Abelardo), ou são entidades reais, independentes da razão (NASCIMENTO, 1981). Para os filósofos nominalistas, a realidade é composta de entidades individuais ou particulares, enquanto clas-

ses gerais (universais) são atributos cognitivos ou mentais. Os realistas, ao contrário, afirmam o modo de ser geral.

A realidade, para Peirce, possui três atributos ou modos de Ser que ele identifica como três categorias, *Primeiridade*, *Segundidade* e *Terceiridade*.<sup>12</sup> Segundidade é o modo de ser Atual, de particulares que compõem a realidade, de existentes individuais. Ela é percebida na experiência como um objeto externo que opõe resistência às representações e, por isso, independe do que uma mente possa dele pensar.<sup>13</sup>

Além desta propriedade, e nisso Peirce se oporá aos nominalistas, há um modo de ser Geral que se divide em duas categorias ontológicas ou dois modos de indeterminação lógica: a Primeiridade (Possibilidade [*can be*]) e a Terceiridade (Necessidade condicional [*would be*]). O primeiro refere-se a possibilidades reais que, sustentamos, é o grande diferencial do pensamento realista peirciano e que o aproxima de Aristóteles. É um ser potencial, de puras qualidades, que adentra ao reino da existência, se define, se individualiza, na forma de coisas ou objetos de Segundidade. Estes, por sua vez, para serem conhecidos, precisam adquirir permanência temporal. E, assim, exibem certa regularidade, dando origem a elementos da terceira categoria.

Portanto, o real que é independente de um pensamento em particular (de outra forma, seria uma ficção), não o é de um pensamento em geral. Isso significa que será considerado real (ou verdadeiro) aquele acordo final de opinião atingida ao cabo de inqui-

<sup>11</sup> EP 2: 402; 'Pragmatismo' [*Pragmatism*], 1907. Cf. EP 2: 134-35, 'A Máxima do Pragmatismo' [*The Maxim of Pragmatism*], 1903; EP 2: 346, 'Temas do Pragmaticismo' [*Issues of Pragmaticism*], 1905; EP 2: 332, 'O que é o pragmatismo' [*What Pragmatism Is*], 1905).

<sup>12</sup> Uma exposição mais detalhada da teoria das categorias de Peirce, que envolve tanto sua lógica-matemática quanto sua fenomenologia, incorreria em divagações desnecessárias aos objetivos do presente artigo. Sendo assim, remetemos o leitor para a leitura de IBRI, 1992.

<sup>13</sup> EP 1: 88, *Fraser's The Works of George Berkeley*; EP 1: 136, 'Como tornar claras nossas ideias'. 'Existência é aquele modo de ser que existe em oposição a outro. Dizer que uma mesa existe é dizer que ela é dura, pesada, opaca, ressoante, isto é, que produz efeitos imediatos sobre os sentidos, e também que ela produz efeitos puramente físicos, atrai a terra (isto é, é pesada), reage dinamicamente contra outras coisas (isto é, possui inércia), resiste à pressão (isto é, é elástica), tem uma capacidade definida para [resistir ao] o calor, etc. Dizer que há uma mesa fantasma ao lado dela, incapaz de afetar quaisquer sentidos ou de produzir quaisquer efeitos físicos que sejam, é falar de uma mesa imaginária. Uma coisa sem oposições *ipso facto* não existe.' (CP 1.457, c. 1896, 'A Lógica da Matemática; e a tentativa de desenvolver minhas categorias a partir dela' [*The Logic of Mathematics; and Attempt to Develop my Categories from Within*]).

rições de natureza indutiva, como uma coerência entre crença e experiência.<sup>14</sup> Realidade, em suma, é um desvelar do objeto em uma série infinita de representações sujeitas a erros e, deste modo, falível. Peirce define essa tese como ideal-realista ou idealista.<sup>15</sup> Ela torna irrelevante o problema epistemológico de Hume de como é possível conhecer algo de natureza ontológica diversa, pois, em Peirce, homem e Natureza compartilham as mesmas propriedades categoriais.

Um segundo traço diferencial entre a primeira máxima do pragmatismo e o desenvolvimento tardio é que, na década de 1870, a máxima era uma regra lógica para clarificar conceitos, crenças, hipóteses, ideias, etc., bem como identificar conceitos vazios, sem conteúdo, de modo a fazer a filosofia avançar através de métodos da investigação científica. Tem, portanto, uma vocação verificacionista, como em Hume. Nos textos posteriores, no entanto, Peirce reforça que o pragmatismo não é uma doutrina metafísica, nem uma teoria que possa afirmar a verdade das coisas, mas um método experimental que verifica o potencial de hipóteses, cuja veracidade será testada no curso de testes indutivos. Com isso, ele objetiva atingir um grau de clarificação pragmática por meio da potencialidade experimental de conceitos, não uma definição de conceitos via impressões, como queria Hume. A razão disso é que os dados dos sentidos, para Peirce, não podem servir de fundamento para inferências, a despeito de serem o ponto de partida da inquirição.

Em 'Pragmatismo e Lógica da Abdução' (*Pragmatism and the Logic of Abduction*, EP 2: 226-241, 1903), o filósofo coloca sua máxima pragmatista em termos de uma teoria da percepção, desenvolvida nessa época:

Os elementos de todo conceito entram no pensamento lógico pelo portão da percepção e saem pelo portão da ação proposital, e tudo aquilo que não mostrar seu passaporte em ambos os portões

deve ser preso como não autorizado pela razão. (EP 2, p. 241).

Segundo sua teoria da percepção, todo processo racional raciocínio começa com o que Peirce chama de *perceptos*: elementos não-proposicionais que podem ser qualidades (cor vermelha, som agudo) ou reações vindas de um objeto físico, exterior. Os perceptos adentram a consciência pelos *juízos perceptuais*, definidos como sendo as primeiras premissas do pensamento (EP 2: 227). Por exemplo, a percepção visual de uma mesa verde é um percepto (ou conjunto de estímulos sensoriais) que origina uma primeira constatação (um juízo perceptual): 'É uma mesa verde'. Mas, diferente da intuição (e isso contrasta a teoria de Peirce com os empiristas) os juízos perceptuais, apesar de indubitáveis, no sentido de não se poder afirmar sua verdade ou falsidade, são crenças vagas e falíveis. E, assim sendo, não servem como fundamento para o conhecimento empírico. Eles surgem do instinto e, logo, apenas circulam a esfera do pensamento lógico; sua entrada no 'espaço de razões' acontece quando da formulação de uma hipótese, naquilo que Peirce chama de inferência abdução (EP 2, p. 227).

Além disso, a realidade externa adentra a razão por uma via criativa e num contexto operativo da razão. Para Peirce, os juízos perceptivos já contêm elementos gerais, ou seja, são uma primeira interpretação:

O fato é que não é necessário ir além das observações ordinárias da vida comum para encontrar uma variedade de amplos e diferentes modos nos quais *a percepção é interpretativa*." (EP 2: 229; grifos nossos).

Com base na teoria da percepção peirciana, pode-se dizer que a experiência não é, como em Hume, fonte privilegiada do conhecimento, uma vez que os limites entre faculdades da recepção e do entendimento são indistinguíveis. Para o pragmatismo peirciano, ela atuará mais no campo da justificação de crenças, servindo de parâmetro

<sup>14</sup> EP 1: 138, 'Como tornar claras nossas ideias'.

<sup>15</sup> EP 1: 292-293, 'A Arquitetura das Teorias' [*The Architecture of Theories*], 1891; CP 6.101, 'Variedade e Uniformidade' [*Variety and Uniformity*], 1903.

para um processo inferencial, autocorretivo e falível, que obrigará o homem a revisar suas teorias toda vez que elas destoarem da realidade.

## Considerações Finais

Na mudança da primeira concepção do pragmatismo para a segunda, temos Peirce distanciando-se do empirismo por uma dupla via. Enquanto para Hume o sentido dos conceitos deve ser testado por sua referência a impressões sensíveis ou objetos reais, Peirce propõe uma versão ao mesmo tempo mais abrangente e restrita da ação da realidade sobre as crenças.

Primeiro, seu pragmatismo, ancorado em proposições de natureza contrafactual e no realismo metafísico, reconhece um universo de possibilidades reais, hipotético. Dessa forma, a metafísica encontra lugar onde o ceticismo de Hume a rejeita, sobretudo em sua versão positivista no Círculo de Viena. A própria questão epistemológica sobre as conexões causais em Hume se torna irrelevante na filosofia ideal-objetiva de Peirce.

Segundo, para Peirce, assim como Kant, não sabemos o que procurar se não tivermos uma pergunta, em outras palavras, a experiência é cega sem a razão. Os dados empíricos deixam de ser fundamento, mas continuam servindo de 'freios' para a razão. Quer dizer, Peirce vai negar o papel da intuição (impressões) dos empiristas, mas sua lógica vai admitir uma justificação *a posteriori*, a longo prazo, na qual as ideias são revisadas sempre que forem contraditas pelo real. É este o 'empirismo mínimo' do pragmatismo peirciano, que não só admite a possibilidade de uma metafísica como dela faz um porto seguro para abrigar um diálogo mais frutífero entre filosofia e ciência.

## Referências Bibliográficas

CUMMINS, Phillip D. 'Humes's Diffident Skepticism', in *Hume Studies*, v. XXV, n. 1 e 2. abr./nov. 1999, p. 43-65. Disponível em: <<http://www.humesociety.org>>.

HOOKEYWAY, Christopher. *Peirce. The Arguments of the Philosophers*. Londres e Nova York: Routledge, 1992.

HOUSER, Nathan. 'Action and Representation in Peirce's Pragmatism'. *Proceedings of the 2005 International Conference: Pragmatismo e Filosofia Analítica - Differenze e interazioni in Rome, Italy, 2005*. (in press).

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Tradução de Débora Danowski. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva e Hólón, 1992. (Col. Estudos, v. 130).

McDOWELL, John. *Mente e mundo*. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Idéias e Letras, 2005.

MEEKER, Kevin. 'Hume: radical skeptic or naturalized epistemologist?', in *Hume Studies*, v. XXIV, n. 1. abr. 1998, p. 31-52. Disponível em: <<http://www.humesociety.org>>.

NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. (1981). 'A Querela dos Universais Revisitada', *Cadernos PUC*, São Paulo, Editora da PUC/ Cortez, n. 13, p. 37-73.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers*. 8 v. Charles Hartshorne, Paul Heiss e Arthur Burks (Eds.). Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958. [Citado como CP seguido do número do volume e do parágrafo.]

\_\_\_\_\_. *Essential Peirce*. Nathan Houser et al. (Eds.). 2 vol. Bloomington: Indiana University Press, 1992-98. [Citado como EP, seguido dos números do volume e da página.]

SALATIEL, José Renato. "Filosofia analítica e pragmatismo: W. Sellars e C.S. Peirce sobre o 'mito do dado'", in *Prometeus - Filosofia em Revista*, ano 3, n. 6. jul./dez. 2010, p. 21-32.